

Segunda-Feira, 22 de Dezembro de 2025

Dilemário protocola pedido para CPI convocar Emanuel Pinheiro a explicar contrato com CS Mobi

“Não abro mão disso. Ele precisa vir aqui, nem que seja sob vara”

Danilo Figueiredo do local e Márcio Eça da redação

O vereador Dilemário Alencar (União Brasil), líder do prefeito Abílio Brunini na Câmara Municipal de Cuiabá, protocolou nesta quinta-feira (26) um pedido formal para que o ex-prefeito Emanuel Pinheiro seja convocado a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o contrato da Prefeitura com o Consórcio CS Mobi, responsável pela operação do estacionamento rotativo na capital.

A solicitação ocorre após o consórcio recorrer ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) para tentar garantir o repasse mensal de R\$ 650 mil previsto no contrato firmado durante a gestão de Pinheiro. Segundo Dilemário, o contrato é prejudicial à população cuiabana e precisa ser esclarecido publicamente.

“Olha, eu avalio essa atitude da CS Mobi de recorrer ao Tribunal de Contas para pedir reajuste na tarifa cobrada nos estacionamentos de rua como uma excrescência. Essa empresa já está recebendo recursos públicos, e o contrato, firmado pelo ex-prefeito Emanuel Pinheiro, garante repasses mensais de R\$ 650 mil durante 30 anos”, criticou o parlamentar.

De acordo com ele, o valor total do contrato pode ultrapassar R\$ 650 milhões ao longo das três décadas, sem considerar os reajustes inflacionários. “Isso é dinheiro que poderia ir para asfalto, saúde, educação, mas que vai acabar financiando obras previstas no contrato, como o novo Mercado Municipal, com recursos do próprio contribuinte”, declarou.

Dilemário também questionou a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) movida por Pinheiro contra a gratuidade de vagas de estacionamento, interpretando a medida como uma tentativa de beneficiar a empresa. “Nós queremos saber se ele fez isso para ajudar a CS Mobi. Ele tem muitas explicações a dar”, afirmou.

Para o vereador, a presença de Emanuel Pinheiro na CPI é essencial. “Não abro mão disso. Ele precisa vir aqui, nem que seja sob vara, ou seja, de forma coercitiva”, concluiu.

A decisão agora está nas mãos do presidente da CPI do estacionamento rotativo, que avaliará o pedido de convocação do ex-prefeito.